

AÇÕES E PRÁTICAS DE CIDADANIA
DESAFIOS DO CONSELHO MUNICIPAL
DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE



ESTA OBRA FOI IMPRESSA EM PAPEL RECICLADO 75% PRÉ-CONSUMO, 25% PÓS-CONSUMO, A PARTIR DE IMPRESSÕES E TIRAGENS SUSTENTÁVEIS. CUMPRIMOS NOSSO PAPEL NA EDUCAÇÃO E NA PREVERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.

KETIANE ASSMANN MIRANDA DE OLIVEIRA
MARINA PATRÍCIO DE ARRUDA

AÇÕES E PRÁTICAS DE CIDADANIA
DESAFIOS DO CONSELHO MUNICIPAL
DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Índices para catálogo sistemático:

Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior da Região Sul – GEPES Sul

Coordenação Editorial: Maria de Lourdes Pinto de Almeida (Uniplac)

Ana Maria Netto Machado (IFSC)

Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira (Unicamp)

José Camilo dos Santos Filho (Unicamp)

Marilane Maria Wolff Paim (Uniplac)

Sonia Regina Souza Fernandes (IFSC)

Vitor Hugo Mendes (Uniplac)

capa e gerência editorial: Vande Rotta Gomide
preparação dos originais: Editora Mercado de Letras

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© **MERCADO DE LETRAS EDIÇÕES E LIVRARIA LTDA.**

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-letras.com.br

livros@mercado-de-letras.com.br

1ª edição

setembro/2011

IMPRESSÃO DIGITAL

– IMPRESSO NO BRASIL –

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.
É proibida sua reprodução parcial ou total
sem a autorização prévia do Editor. O infrator
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

*Fortalecer os Conselhos Municipais de Direitos
da Criança e do Adolescente é dever de todos nós
que acreditamos e investimos em possibilidades
de transformação social!*



SUMÁRIO

PREFACIANDO	9
INTRODUZINDO O TEMA	11
capítulo 1	
DA HISTÓRIA DA CIDADE E DO OBJETO	15
capítulo 2	
DA CIDADANIA E DOS CONSELHOS E	
DOS SUJEITOS DE DIREITOS	21
capítulo 3	
DOS REGISTROS DE AÇÕES E PRÁTICAS DE CIDADANIA	41
capítulo 4	
DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS E APRENDIZADO	83
REFERÊNCIAS	89



PREFACIANDO

Entender os tempos atuais é “comentar, ampliar (e corrigir) nossas próprias memórias. E falamos como homens e mulheres de determinado tempo e lugar, envolvidos de diversas maneiras em sua história como atores de seus dramas por mais insignificantes que sejam nossos papéis, como observadores de nossa época e, igualmente, como pessoas cujas opiniões sobre o século foram formadas pelo que viemos a considerar acontecimentos cruciais. Somos parte deste século. Ele é parte de nós. Hobsbawm 2001, p. 13.

Estamos, portanto autorizados a falar de nosso tempo e da história vivida de modo a possibilitar mudanças e a permitir reflexões sobre os processos desenvolvidos por homens em nossas instituições. No caso específico do Conselho Municipal de Direitos, convém destacar que se trata de um espaço para a realização do debate crítico capaz de garantir condições para o desenvolvimento e a plena realização das potencialidades das crianças e adolescentes.

Neste sentido, destacamos a necessidade de se promover uma maior atenção à história destas instituições e dos registros documen-

tais das experiências dos conselheiros e da sociedade civil na construção de um espaço de compromisso e de responsabilidade cidadã.

Conscientes das falhas e limitações desta primeira pesquisa sobre o tema na cidade de Lages SC, nossas expectativas são de que este trabalho possa cumprir os propósitos para os quais foi elaborado: contribuir para a reflexão sobre a importância dos Conselhos na luta em favor da criança e do adolescente.

A discussão que aqui se apresenta é fruto de uma dissertação de mestrado produzida junto ao Programa de Pós-graduação do Mestrado em Educação (PPGE) da Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC), cuja meta é a formação de pesquisadores capazes de produzir conhecimentos relevantes comprometidos com os problemas locais e globais, socializando-os por meio de publicações. Desta forma, espera-se que este estudo possa inspirar outros pesquisadores da educação na continuidade deste tipo de pesquisa pela importância de se preservar a memória de construção destes fóruns de participação.

As autoras

INTRODUZINDO O TEMA

O Estatuto da Criança e do Adolescente entrou para a história política e social do Brasil como exemplo de construção cidadã, adotando a Doutrina da Proteção Integral que torna possível a transformação da criança e o adolescente em sujeitos de direitos.

Foi a partir da Constituição Federal/88 e do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 estabeleceu-se legalmente um Sistema de Garantia de Direitos que contempla princípios e normas que regulamentam a política de atenção a crianças e adolescentes. O Sistema de Garantia de Direitos se apoia em três eixos: promoção de direitos, defesa e controle social e tem apoio legal nos Artigos 204 e 227 da Constituição Federal. O Artigo 204, seção IV, dá respaldo à descentralização político-administrativa das ações governamentais e o Artigo 227, Capítulo VII, atribuem à família, à sociedade e ao Estado o dever de assegurar a criança e ao adolescente com absoluta prioridade o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los

a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Uma das diretrizes enunciadas para implementar a política de atendimento foi a criação dos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no contexto federal, estadual e municipal. Estabelecido o diálogo entre a sociedade civil e governo, diagnósticos sobre os problemas envolvendo crianças e adolescentes fundamentaram propostas e a elaboração de políticas públicas para o encaminhamento, execução e acompanhamento das demandas dessa parcela da população.

Assim sendo, este estudo, sem a pretensão de esgotar o assunto, buscou conhecer a atuação do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Lages SC, por meio da análise de suas atas, registros dos avanços, dos recuos e dos desafios vividos pelos conselheiros que atuam na deliberação, fiscalização e implementação de políticas públicas direcionadas à criança e ao adolescente. Para analisar esta atuação a partir do registro documental das ações e práticas voltadas à cidadania empreendidas no período de 2006 a 2010 foi necessário construir um caminho metodológico claro e coerente pautado na pesquisa bibliográfica e documental das atas do CMDCA. A análise documental realizada considerou os últimos quatro anos, de 2006 a 2010, tendo em vista a impossibilidade de se analisar todas as atas que vêm sendo elaboradas desde 1992, data da criação deste conselho. A pesquisa documental apresentou-se então como uma estratégia vantajosa por considerar documentos que subsistem ao longo do tempo, tornando-se, segundo Bardin (1997), a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica. A análise dos dados se deu por meio da análise de conteúdo e permitindo-nos o tratamento dos dados, inferências e interpretações (Bardin 1977, p. 95).

A escolha do tema e o interesse em conhecer as atividades desenvolvidas pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente surgiram por verificar a falta de estudos qualitativos acerca deste órgão na cidade de Lages (SC). A curiosidade acerca

dos CMDCA e o cumprimento das diretrizes do ECA permitiram o encaminhamento de uma dissertação de mestrado capaz de dar visibilidade às ações e práticas de cidadania.

Este trabalho foi produzido no seio do Programa de Pós Graduação *Stricto-sensu* – Mestrado em Educação da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC no período de 2008 – 2010 sob a orientação da professora Doutora Marina Patrício de Arruda. Para efeito de socialização deste estudo, as autoras se reservaram o direito de pensar nova reorganização da produção científica garantindo o conteúdo da dissertação, mas não a forma estruturada conforme foi apresentada à academia. Sendo assim, este texto se desdobra em quatro partes. Na primeira, trataremos “Da história da cidade e do objeto” situando a reflexão sobre o tema, contexto da pesquisa e nele a implantação do Conselho Municipal da Criança e do adolescente. Na segunda, “Da cidadania e dos conselhos e dos sujeitos de direitos” trataremos da revisão de literatura fundamental para iluminar a prática e a construção do objeto de estudo, na terceira parte “Dos registros de ações e práticas de cidadania” damos início ao tratamento dos dados da pesquisa. E finalmente na quarta parte, “Das considerações finais e aprendizado” focalizamos as possibilidades abertas por esta investigação.

